CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSOS CEE N°s 340/90, 346/90, 343/90, 348/90 e 349/90 SE-86/90, 87/90, 89/90, 90/90 e 88/90

INTERESSADOS: ANA CLAUDIA WABISZCZEWICZ CÉSAR, ADRIANO SABADIN ULIANA, ANA CLAUDIA VETORAZZI, RENATO BOZZINI CARLUCCI e SUZANA WIK

ASSUNTO: Recurso - Avaliação Final

RELATORA: CONS^a MARIA BACCHETTO

PARECER CEE N° 483/90 - - APROVADO EM 6/6/90

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO:

1.1 A DE de São Caetano do Sul encaminha a este CEE cinco expedientes, versando sobre recursos impetrados pelos seguintes alunos do Instituto de Ensino de São Caetano do Sul, contra retenção, em 1989, em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira:

1.1.1 da 3^a série do 2^o grau:

- Ana Cláudia W. César requer que este Colegiado determine revisão da prova do "Contrato de Ensino" e levantamento do histórico escolar (Proc. CEE n° 340/90);

- Ana Claudia Vetorazzi solicita as mesmas medidas anteriores (Proc. CEE 347/90);

- Renato Bozzini Carlucci solicita anulação da sua retenção e a correspondente aprovação (Proc. CEE 348/90);

- Suzana Wik requer revisão da prova do "Contrato de Ensino" e levantamento do histórico escolar (Proc. CEE 349/90);

1.1.2 Adriano Sabadin Uliana, aluno da 1^a série do 2^o grau, solicita revisão da nota obtida na prova do "Contrato de Ensino" (Proc. CEE n° 346/90).

1.2 Os citados alunos, inicialmente, solicitaram à direção da escola revisão da prova, pelo professor da disciplina e, tendo sido confirmada a nota, solicitaram revisão por Banca Examinadora, a qual manteve a decisão do professor.

1.3 Inconformados, os interessados protocolaram, na recursos dirigidos a este Colegiado, nos quais alegam, em resumo, que:

- as aulas do "Contrato de Ensino" não foram desenvolvidas pelo professor titular da disciplina, que, no entanto,

preparou a prova e a corrigiu, não se interessando pelos resultados das aulas do "Contrato";

- a prova foi aplicada por um funcionário da escola, o que não permitiu esclarecimentos de dúvidas dos alunos;

- a avaliação da prova do "Contrato" foi supervalorizada, passando de 55 para 70 pontos necessários para aprovação;

- em janeiro, época das aulas do "Contrato", a escola estava em reforma, o que atrapalhou o desenvolvimento das atividades;

- o espaço para responder as questões na folha da prova era insuficiente;

- o professor que desenvolveu as aulas do "Contrato de Ensino" considerou a prova de nível muito elevado, afirmando que os alunos não teriam condições de ser aprovados e que demonstraram grande aproveitamento e interesse durante as aulas;

- as questões da prova eram muito fechadas, não explorando "de forma aberta" todos os conhecimentos dos alunos, o que levou a Banca Examinadora a manter a avaliação do professor da disciplina.

1.4 A DE solicitou à escola, além dos documentos vistos na Resolução SE nº 235/87, relatório circunstanciado do professor titular sobre o plano de recuperação, com número de aulas e conteúdo programático e do outro professor, que ministrou as aulas do "Contrato", "em especial sobre o nível de entendimento do aluno e avaliações realizadas."

1.5 a direção da escola informou que o "Contrato de Ensino", previsto para até duas disciplinas, é o último recurso de recuperação, devendo o aluno revelar 70% de aproveitamento em uma prova escrita sobre o conteúdo programático desenvolvido durante o ano, exigência esta que consta de alteração regimental, aprovada pelos órgãos competentes, para vigorar no ano letivo de 1989 e amplamente divulgada aos alunos; esclarece, ainda, que os

instrumentos de avaliação previstos, no Regimento Escolar, são os que seguem:

Instrumentos	"Notas" Mínimas
1a. nota conceitual	55 pontos
1a. prova parcial (maio)	55 pontos
2a. prova parcial (setembro)	55 pontos
2a. nota conceitual	55 pontos
3a. prova parcial (novembro)	55 pontos

1ª Recuperação, em julho, cuja "nota", se maior, substitui a da 1ª prova parcial;

2ª Recuperação - em dezembro, cuja "nota" substitui a da 2ª ou 3ª prova, a que for mais baixa;

1.5.2 o professor, que lecionou, no "Contrato de Ensino", manifestou-se, afirmando que os interessados "apresentavam condições de aprovação no exame de contrato", visto que demonstraram conhecimento sobre a matéria, interesse e dedicação;

1.5.3 o professor, titular da disciplina, por sua vez informou que:

- a escola nunca exigiu Plano de Recuperação, tendo ficado estabelecido, no ano de 1989, que durante a semana anterior à recuperação, o professor faria revisão ou "tiraria as dúvidas sobre a matéria, uma vez que seria impraticável revisar todo o conteúdo de quase um ano, em 3 ou 4 aulas";

- a prova do "Contrato de Ensino" baseou-se rigidamente na matéria desenvolvida, incidindo mais sobre o que foi comentado durante a recuperação;

- nas provas parciais, que devem tratar de todo o assunto desenvolvido, predominam questões sobre aqueles estudados mais recentemente;

- os critérios para a correção das questões sobre gramática são: se a questão envolve resposta única, não há "meio certo" e se exige "uma colocação e regra (justificativa) tem valor maior a resposta dissertativa";

- na correção das questões dissertativas sobre literatura avalia-se "o conhecimento total e completo do aluno,

coerência e lógica nas ideias, estéticas, estética e erros gramaticais, sendo que é descontado um ponto em cada falha por esses erros;

- nunca foram negadas ao aluno as folhas necessárias para responder às questões;

- todas essas afirmações foram explicadas aos alunos durante todo o ano letivo, que nunca discordaram delas, o que ocorreu apenas no final do ano, quando ficaram retidos.

1.6 No retorno, a DE considerou os autos devidamente instruídos e, sem se manifestar, os encaminhou a este Colegiado, em 15/3/90, através do Gabinete do Secretário.

1.7 Foi solicitado à DE, pela Assistência Técnica da Câmara do Ensino do 2º Grau o envio de texto do Regimento Escolar, juntado às fls. 06 a 14, Processo CEE 340/90.

2. APRECIÇÃO:

2.1 Tratam os autos de recurso impetrado pelos pais de Ana Claudia W. César, Ana Cláudia Vetorazzi, Renato Bozzini Carlucci e Suzana Wik, retidos na 3ª série do 2º grau e Adriano Sabadin Uliana, retido na 1ª série do 2º grau, do Instituto de Ensino de São Caetano do Sul, em São Caetano do Sul.

2.2 Os interessados, tendo obtido os seguintes resultados no decorrer do ano letivo, foram considerados retidos, conforme prevê os artigos do Regimento Escolar a seguir transcritos:

ALUNOS	1ª Pr.	Con.	Rec.	2ª Pr.	3ª Pr.	Con.	Rec.	Total	Contrato
Ana C.W.César	35	58	42	52	37	67	50	269	65
Ana C.Vetorazzi	28	50	31	19	30	61	44	216	55
Renato B.Carlucci	42	64	31	59	31	50	53	268	57
Suzana Wik	30	60	25	37	39	56	50	243	61
Adriano S.Uliana	46	53	50	44	34	47	46	240	56

2.3 Dispõem os artigos 63 e 68 do Regimento Escolar:

"Art. 63 - Ao final do 2º período, após respectivo trabalho de recuperação, não tendo o aluno satisfeito as condições de aprovação indicadas neste Regimento Escolar, poderá firmar "Contrato" com a escola, segundo o qual, durante o período de férias imediato assumirá o compromisso de freqüentar aulas, durante o mês anterior ao início do ano letivo, no recinto do estabelecimento na(s) cadeira(s) que deu ou deram motivos a sua reprovação, quer quanto ao aspecto "aproveitamento", quer pelo aspecto "freqüência".

§ 1º - "Contrato" é o conjunto de tarefas adequadamente planejadas, acompanhadas da cópia do Plano de Curso anual da disciplina, área de estudos e ou atividades, fornecido pelo professor ao aluno para o esforço de última oportunidade de recuperação.

§ 2º - Admitir-se-á "Contrato" em até duas disciplinas, área de estudo e ou atividade a aluno reprovado por insuficiência de aproveitamento, que apresente condições favoráveis de recuperação e haja obtido, até o final do ano letivo, o mínimo de 200 pontos e, nos componentes semestrais, 120 pontos na disciplina, área de estudos e ou atividades.

§ 3º - Não terá acesso à oportunidade de "Contrato de ensino" aluno que não se sujeite a obrigação de presença para sua preparação ao menos à base mínima de carga de aulas equivalentes a um mês, nem o que deixar de satisfazer no decurso do ano, os limites legais de freqüência.

§ 4º - A verificação do rendimento de aprendizagem conseguido no período de férias sob forma do "Contrato" é feita na fase anterior à abertura do novo ano letivo.

§ 5º - Quanto ao aproveitamento, será considerado aprovado o aluno que, submetido a uma prova escrita ou prática-oral, baseada nos assuntos do programa ministrado em classe, venha a alcançar o mínimo de 70 pontos, na disciplina, área de estudo e ou atividade, independentemente das notas obtidas durante o ano.

§ 6º - Quanto à frequência, aluno de aproveitamento suficiente que haja incidido em mais de 25% de faltas e estas não tenham ultrapassado 40% de infrequência, poderá firmar "Contrato" com a escola, através do qual voltará às aulas da(s) disciplina, área de estudo e ou atividade(s) cujos créditos - aulas estiverem por completar.

Art. 68 - Será considerado aprovado, quanto ao aproveitamento ao final do ano letivo, o aluno que tiver alcançado no 1º grau, nível II e no 2º grau, o somatório de 275 pontos atribuídos às provas parciais e às notas conceituais.

Parágrafo Único - As disciplinas de duração semestral".

2.4. Parece-nos que as normas para a avaliação do aproveitamento estabelecidas no artigo 63 e parágrafos do Regimento Escolar do Instituto de Ensino de São Caetano do Sul, contrariam a determinação do artigo 14 § 1º da Lei 5692/71, uma vez que a "nota" alcançada na prova referente ao Contrato de Ensino determina a aprovação ou não do aluno, independentemente dos resultados que ele obteve no decorrer do ano letivo.

Ademais, a utilização de mais de um *instrumento*

de avaliação, na recuperação final, tem sido insistentemente reiterado por este Colegiado, como se pode verificar no Parecer CEE nº 96/87, relatado pelo Consº Dermeval Saviani.

2.5 De outro lado, verifica-se que a alteração regimental relativa ao total de pontos necessários para aprovação a ser obtido na prova do Contrato de Ensino (de 55 para 70 pontos) foi aprovada por Portaria de 14/4/89, publicada no DO. de 21/4/89, e posta em vigor no mesmo ano letivo.

A Deliberação CEE nº 33/71, que regulamenta a matéria, dispõe em seu artigo 25:

"Artigo 25 - Qualquer modificação do regimento, pretendida pela mantenedora, será submetida à aprovação do Conselho Estadual de Educação ou da Secretaria da Educação, conforme o caso, e vigorará a partir do ano letivo seguinte (g.n.).

Este Conselho, respondendo à consulta da DRE de Presidente Prudente, através do Parecer CEE nº 77/85, relatado pela Consª Maria Aparecida Tâmaso Garcia, considerado normativo, manifesta-se no sentido de que:

"Fazemos esta observação porque temos lido freqüentemente, no Diário Oficial do Estado, Portarias expedidas por Divisões Regionais de Ensino, que aprovam alterações regimentais a partir da data da publicação. Não existe nas normas deste Conselho, a hipótese; ou as alterações regimentais ocorrem por determinações deste Colegiado, para adequação a novas normas legais e nesse caso a vigência é explicitada por este Conselho, no próprio ato determinativo, tal como ocorreu com as Deliberações em exame ou ocorrem por iniciativa das instituições mantenedoras e, nesse caso, entram em vigor a partir do ano letivo seguinte à solicitação" (grifos no original).

No entanto, essa posição não é a mesma da adota da em pareceres posteriores do Colegiado, em que fica patente que deverá a alteração regimental entrar em vigor no ano letivo seguin-

te ao da aprovação, como se verifica em especial, no Parecer CEE nº 276/90 relatado pela Consª Cleusa Pires de Andrade (g.n.).

Sobre ano letivo, o Parecer CEE nº 118-CIN esclarece:

"a norma estabelecida por este Conselho, em tais casos é que nenhuma alteração poderá ser introduzida para vigência no ano letivo em curso, mas apenas no ano imediato. Ano letivo não se confunde com o civil. O Regimento aprovado em fevereiro pode entrar em vigor no ano letivo, que só tem início em março" (g.n.).

No caso em tela a alteração regimental foi aprovada por Portaria de 14/4/89, publ. no D.O. de 21/4/89.

2.6 Pelo exposto, as alterações regimentais só podem entrar em vigor em 1990.

Considerando que os alunos envolvidos, na prova de "Contrato de Ensino" tiveram notas entre 55 e 65 e considerando que o Regimento Escolar que deve vigorar é o anterior às alterações, cuja nota para aprovação é 55, entendemos que os alunos interessados devem ser aprovados.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto:

3.1 Consideram-se promovidos os alunos: Ana Cláudia Wabiszczewicz César, Ana Claudia Vetorazzi, Renato Bozzini Carlucci, Suzana Wik, na 3ª série do 2º grau do Instituto de Ensino de São Caetano do Sul em 1989 e Adriano Sabadin Uliana aluno da 1ª série do 2º grau do mesmo Instituto, em 1989, podendo este último matricular-se na 2ª série do 2º grau, em 1990.

3.2 *Considerou-se as alterações regimentais, aprovadas em abril/89, válidas, somente, para o ano de 1990. No entanto, deve a escola, desde já, sob orientação da DE de São Caetano do Sul, proceder a novas alterações em seu Regimento, a fim de adequá-lo as disposições da Lei federal 5692/71.*

3.3 Deve, também, o Instituto de Ensino de São Caetano do Sul, fazer um levantamento dos demais alunos retidos, em função do Regimento inadwquadamente aplicado, e analisar suas situações escolares nos termos do Regimento em vigor em 1989.

São Paulo, 03 de maio de 1990.

a) Cons^a MARIA BACCHETTO
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 06 e junho de 1990.

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
Presidente